



i

09-10-2010

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Justiça

Dimensão: 808

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/8

**Corte salarial.
Sindicato
do Ministério
Público recorre
ao tribunal**

// PÁGS. 8-9

Ministério Público vai para tribunal contra cortes de salários

Sindicato admite aderir à greve geral de 24 de Novembro
 Magistrados consideram medidas inconstitucionais

INÊS SERRA LOPES
ines.lopes@online.pt

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMPP) decidiu recorrer à via judicial para impedir os cortes salariais do plano de austeridade do governo. A direcção do sindicato anunciou ontem em carta a todos os sócios que vai convocar uma assembleia-geral extraordinária para "ponderar em conjunto as medidas a adoptar, incluindo a adesão à greve geral de 24 de Novembro". O *i* soube que a direcção defende a participação na greve por esta ser promovida por ambas as centrais sindicais.

O sindicato promete reagir judicialmente contra o corte de salários, "desencadeando todos os meios legais ao seu alcance para impugnar" a futura lei, considerando que as medidas do governo violam princípios essenciais do Estado social com consagração constitucional, como a intangibilidade das remunerações, o princípio da igualdade e o princípio da confiança.

Para o sindicato, a redução unilateral dos salários pelo empregador pode, no limite, forçar o trabalhador a desistir do seu emprego. Para o sindicato, existe uma violação do princípio da igualdade: se os salários dos servidores públicos podem ser reduzidos e a garantia constitucional de irredutibilidade se mantém para os trabalhadores em geral. "Não há motivo juridicamente

válido para impor que quem trabalha para o Estado ou entidades públicas tenha menores garantias ou direitos que quem trabalha para entidades privadas."

O sindicato dos magistrados pronuncia-se contra a redução de 10% das remunerações dos magistrados, o congelamento da admissão de magistrados e funcionários e das suas progressões na carreira, bem como contra o aumento de um ponto percentual na contribuição para a Caixa Geral de Aposentações e a extinção dos serviços sociais de saúde do Ministério da Justiça. "Encapotadamente o governo prepara-se para nos impor um sacrifício financeiro corres-

pondente aos subsídios de férias e de Natal, aproximadamente", acusa o sindicato.

A direcção do sindicato considera que não é perceptível qualquer repercussão positiva nas contas públicas dos sucessivos esforços financeiros que o governo tem exigido aos magistrados e em geral a todos que trabalham por conta de outrem. A dura exposição afirma mesmo: "Pelo histórico recente, temos sérias dúvidas que os novos sacrifícios que são pedidos aos portugueses, aos magistrados em particular, venham a ser convenientemente geridos e direccionados, resolvendo o problema das contas públicas. Nada garante que não permitirão apenas alimentar velhos vícios, despesas voluptuárias e vencimentos com cargos injustificados."

Na audiência que teve na quinta-feira, o sindicato alertou o ministro da Justiça, Alberto Martins, para o previsível colapso da justiça. Já há tribunais com menos funcionários do que magistrados e a desmotivação na justiça aumentará exponencialmente com a adopção das medidas, diz a direcção. O sindicato pediu audiência aos grupos parlamentares e será recebido já na próxima semana pelo Bloco de Esquerda. A assembleia extraordinária deverá realizar-se no final deste mês ou início de Novembro.

01 João Palma, do Sindicato do Ministério Público, escreve aos sócios e pede assembleia-geral extraordinária
FILIPE CASACA

02 Manifestação da função pública. Frente Comum dos Sindicatos convoca manifestação para 6 de Novembro
EDUARDO MARTINS



i

09-10-2010

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Justiça

Dimensão: 808

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/8

